

Uma ‘Nova e Real Praça’ para o Convento do Coração de Jesus à Estrela: projecto urbano da Lisboa Mariana

Sandra Costa Saldanha,¹ Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja
sandrasaldanha@netcabo.pt

Resumo: Motivado pelo conhecimento de uma planta onde se propõe, em 1791, a abertura de uma praça fronteira ao convento do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela, o presente estudo visa avaliar a sua importância e impacto urbano. Projecto que contemplava a reordenação do espaço e o alargamento da área edificada para nascente, previa um imponente coroamento para a nova praça, à maneira do planeamento da cidade barroca, pontuado ao centro pela fachada da igreja. O complexo conventual funcionava, assim, como organismo de forte impacto e elemento polarizador daquele núcleo urbano. Ampliando o efeito já por si retórico da arquitectura, mas favorecendo também a contemplação do mais emblemático empreendimento do reinado de D. Maria I, o projecto assume-se de particular relevância, mormente no quadro da arquitectura conventual carmelita. Solução reguladora do espaço, cenográfica e monumental, a circunstância de prever também a abertura de uma grande praça (e com isso o total isolamento do complexo), clarifica quanto à vontade de implementar ali um polo ativo de urbanização. Oferecendo uma nova razão de ser ao conjunto, a intencionalidade subjacente a este projeto amplia, por outro lado, o seu próprio alcance e significado. Com efeito, a praça idealizada desenha-se aqui como um novo centro de poder, ancorado numa encomenda de Corte. Claramente à margem da grande empresa pombalina, não se resumia à edificação de mais um cenóbio para carmelitas descalças, mas fixava, em definitivo, um símbolo inequívoco e marco do desenvolvimento da cidade mariana.

Palavras-chave: Convento da Estrela, D. Maria I, Lisboa pós-terramoto, praça, Carmelitas descalças.

Abstract: Motivated by the knowledge of a plan dating from 1791 proposing the opening of a square in front of the convent of the Holy Heart of Jesus (Lisbon), the present study aims to evaluate its importance and urban impact. The project considered reorganizing the space and enlarging the constructed area to East, envisaging an imposing crown for the new square, in the style of Baroque city planning, punctuated in the center by the church façade. The convent complex functioned thus as an element of great impact and of focal importance within the urban center. Amplifying the already rhetorical effect of the architecture, but also encouraging the contemplation of the emblematic venture of the reign of D. Maria I, the project assumes

¹ Diretora do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, da Conferência Episcopal Portuguesa. Membro do Conselho Nacional de Cultura e do Grupo Técnico Coordenador do projecto “Rota das Catedrais”. Professora convidada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Escola Superior de Design. Doutorada em História - variante História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é investigadora integrada do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património das Universidades de Coimbra e Porto e colaboradora do Centro de História da Cultura (UNL).

particular relevance, especially within the context of Carmelite convent architecture. A scenographic and monumental project for regulating the space, the fact that it also foresaw the opening of a large square (and the resulting complete isolation of the complex), underlines the real desire to develop an active hub of urbanisation. Providing the ensemble with a new pretext, the underlying intention of this project, however, lies in increasing its own reach and significance. Indeed, the planned square is designed here as a new center of power, anchored by this commission of the Court. Clearly in line with great Pombaline enterprise, this was not just the building of another monastery for discalced Carmelite nuns, but instead it definitively established an unequivocal symbol of the city's development under D. Maria I.

Keywords: Estrela's convent, D. Maria I, post-earthquake Lisbon, square, Carmelites.

Elemento de qualificação da zona da Estrela, a basílica do Santíssimo Coração de Jesus exerce, ao contrário do que seria expectável, uma esmagadora pressão sobre a sua envolvente, em particular sobre o pequeno largo que lhe é fronteiro, consequência desenquadrada do quadro edificatório de uma obra que, pretensamente, se erguera para assinalar o governo da sua promotora. De facto, a necessidade de programar o espaço circundante, tornava premente a abertura de uma área fronteira ao conjunto, que possibilitasse a contemplação do monumento mais emblemático do reinado de D. Maria I (1777-1816).

Sítio “saudavel, por ser elevado, e lavado dos ventos mais que nenhum outro, com excelente vista de mar e terra, dominando a Cidade toda” (Cidade, 1790: 11), tem motivado alguma admiração que a localização de excelência do complexo não tenha desencadeado o nascimento de um novo polo urbano, a partir daquele ponto da capital. Com uma disposição alheia ao panorama de que goza para Sul, a sua situação privilegiada aconselhava uma implantação no sentido do rio, e por isso rasgada para a cidade.

Circunstância aparentemente inconsequente, poderá encontrar resposta no escrutínio de um plano inicial mais vasto, que favorecia o complexo em extensão, ao longo do eixo Norte/Sul.² Oferecendo assim a fixação de um conjunto bastante mais amplo, originaria, sobretudo, uma imponente fachada urbana, inexistente no atual conjunto.

Neste sentido, assume especial interesse o *Mapa topográfico dos terrenos que medeião entre a Pampulha e a Calçada da Estrela*. Delineado depois do terramoto de Lisboa, esse plano estuda, precisamente, a ligação entre as Necessidades e a Estrela. Numa época em que a zona esteve na eminência de ver nascer um novo Paço Real, pretendia ligar o bairro da nobreza à zona Ribeirinha.³ Eventualidade ambiciosa que carece de confirmação, certo é que resultaria ineficaz a solução encontrada em meados do século XIX, com a implantação do jardim da Estrela.

Com efeito, o complexo incluiu outros projectos que, mal gorada tradição nacional, acabariam por não se materializar. Entre esses, reveste-se de particular interesse o *ultimo projecto da Nova e R.^{al} Praça q deve aver na frente da Real Ig.^a do SS.^{mo} Coração de Jezus*, datado de 1791 (Figura 1). Desfecho lógico para aquela empresa, naturalmente desencadeado pela própria edificação, as implicações urbanas e ideológicas inerentes legitimam a apreciação do seu impacto. Único registo gráfico datado, é descrito num *Prospecto de hum e outro lado da Praça, que se quer construir na frente da mesma igreja*, e acompanhado por uma

² A propósito do projecto de Filippo Juvarra para Buenos Aires, que adiante referimos, esta hipótese é também salientada por Rossa (1998: 25).

³ Veja-se o desenvolvimento deste assunto em Rossa (1998: 51).

*Rellação, que esplica em Números Ariathmaticos, as confrontações que circulão, o Real Mosteiro.*⁴

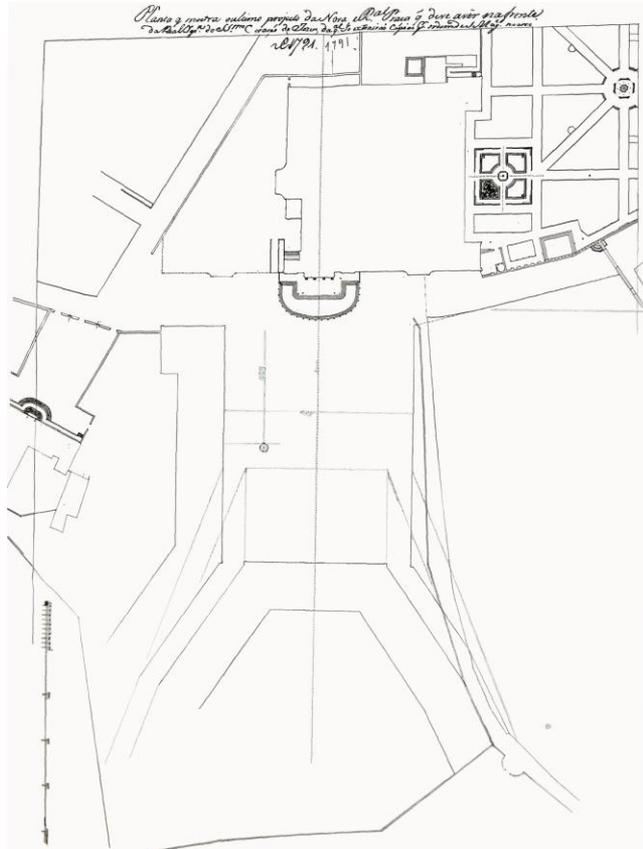


Figura 1. *Planta que mostra o último projecto da Nova, e Real Praça que deve aver na frente da Real Igreja do Santíssimo Coração de Jezus, da qual se extrairão cópias por ordem de Sua Magestade no anno de 1791.* ANTT, *Plantas do Ministério do Reino, Caixa 5272, IV-C-116 (117)*

A hegemonia do lugar

Inscrito no antigo Casal da Estrela, propriedade da Casa do Infantado, o lugar eleito para a edificação da basílica e convento do Santíssimo Coração de Jesus tinha já longa tradição como área eminente de urbanização e construção qualificada. De facto, a ideia de um complexo monumental naquele sítio não era nova, e filiava-se essencialmente em duas fontes: o projecto de Filippo Juvarra (1678-1736) para Buenos Aires, e o de Manuel da Maia (1680-1768) para São João dos Bem Casados.

O primeiro, nascido no contexto da elevação da Capela Real a Patriarcal, incluía a construção de uma grande basílica, palácio real e paço patriarcal. Por diversas vezes discutido,⁵ para a sua realização, Juvarra propunha em 1719, como opção à reforma do Paço

⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Plantas do Ministério do Reino*. Caixa 5272, IV-C-116 (117), fls. 2-3. Este projecto foi pela primeira vez analisado em Saldanha (2004).

⁵ Sobre este assunto veja-se essencialmente Scotti (1976: 51-63); Gritella (1992: 462); Bonet Correa (1994: 33-34); Pimentel (1992); Rossa (1998).

da Ribeira, a construção de um novo complexo monumental, desenvolvido ao longo da encosta, que liga a Lapa a Buenos Aires.

De facto, não há dúvida que os antecedentes joaninos para aquele local marcaram sobremaneira o empreendimento mariano, nomeadamente se os procurarmos nos escritos sobre a origem da basílica de Mafra. De acordo com um documento publicado por Alberto Pimentel (1849-1925),⁶ antes do arranque da obra da basílica da Estrela, seria removido um derradeiro marco de cantari,⁷ remanescente de uma antiga delimitação do terreno, tradicionalmente atribuída ao projecto original do complexo de Mafra.⁸ De acordo com o manuscrito, D. João V mandara “riscar, e tomar medidas do sítio em que hoje se acha o convento do Coração de Jesus” (Pimentel, 1892: 72), ordenando a elaboração de planos, seguidos da respectiva demarcação de terras. Porém, viria a erguer-se em Mafra o que, na opinião de António Filipe Pimentel, deveria ter surgido em Lisboa, confirmando-se “no voto sucessório a verdadeira origem do colosso de Mafra” (Pimentel, 1992: 145, 147).⁹

No entanto, uma outra questão se coloca, aceitando esta intenção. Seria ela alheia, ou paralela ao projecto de Juarra para Buenos Aires? Na realidade, sobre esse delineamento de 1719, algumas fontes aludem também à colocação de marcos (Silva, 1750). Tratando-se (ao que parece) do balizamento de dois empreendimentos distintos, a coincidência dos locais, bem como as afinidades ideológicas que os definem, ampliam a teoria de uma ideia única. Dualidade pouco clarificada, interessa-nos sobretudo acentuar o facto do monumento ao Santíssimo Coração de Jesus começar a ser erguido, exactamente, sobre a marcação joanina mencionada.

Pese embora a escolha do local para a concretização do cenográfico projecto de Juarra, ele não chegaria a consubstanciar-se, remontando ao ministério pombalino a recuperação de uma ideia congénere. Revelando a preocupação constante em encontrar alternativa adequada à edificação do novo Paço Real, Manuel da Maia é claro quanto à sua preferência por este lado da cidade. Encarregue do levantamento da zona, sustenta Walter Rossa que, pela primeira vez, aquele engenheiro tenha começado a defender as suas teses sobre o crescimento da capital (Rossa, 1998: 26).

Nos planos que abrangem essa área, expressos no 8º ponto da 2ª parte das suas *Dissertações*, Manuel da Maia fala em “lançar mão do sítio de S. João dos Bemcasados e o convento de N. Sr.ª da Estrela (...), o que já no tempo do Sr. D. João V se havia principiado a fazer”. Defendendo que o local para a reconstrução deveria ser escolhido em função da zona eleita para o novo paço, sugere pois ao monarca “hum sítio salutar, e superior apropriado p.ª cabeça da corte (...) entre S. João dos Bemcasados e o Conv.to de N. Sr.ª da Estrela”.¹⁰

Tomada a decisão de reconstruir a cidade no local da Baixa, e o paço real na zona de São João dos Bem Casados,¹¹ inicia-se o processo de expropriações, chegando mesmo a demarcar-se a área destinada ao palácio.¹² Todavia, a prioridade era a Baixa. Por outro lado, esta não

⁶ Manuscrito da coleção pombalina, publ. por Pimentel (1892: 71-72), e cit. por Pimentel (1992: 145, 151), onde se pode também encontrar o desenvolvimento deste assunto.

⁷ “Era uma pedra branca metida no muro com a letra de um – 12 – grande”. Cf. Pimentel (1892: 72).

⁸ Eventualidade citada e admitida por Pimentel (1992: 151).

⁹ Sobre a relação entre a obra de Mafra e a intervenção joanina em Lisboa veja-se também Pimentel (2000: 347-364).

¹⁰ Seguimos a cit. de Rossa (1998: 28 e 39).

¹¹ Um alargamento da superfície destinada à reconstrução também proposto no plano apresentado pelos arquitectos Eugénio dos Santos, Poppe e Mardel que projectam a recuperação da cidade a Noroeste da Baixa, incluindo parte das freguesias de São José, São Mamede, Santa Isabel e Coração de Jesus.

¹² Balizado por Carlos Mardel, que não segue as determinações de Manuel da Maia, o projecto acabaria por se desviar para a zona de Campo de Ourique. A propósito do desenvolvimento desta matéria veja-se Rossa (1998: 42-43).

seria, por certo, a cidade desejada pelo ministro do rei, cujos intentos pouco se coadunavam com o propósito sugerido, de valorização da Corte.

Os anos passavam, e a aparente disponibilidade do sítio acabaria por corresponder a uma progressiva, intensa e desordenada edificação (Silva, 1997). Dificultando a imposição de princípios urbanos, é muito interessante notar o facto de alguns dos aforamentos realizados no local serem acompanhados de uma cláusula que previa a demolição das casas construídas, nos terrenos demarcados com aquela finalidade, “a todo o tempo que suas Magestades determinarem” (Silva, 2002: 69), parecendo assim haver uma espécie de reserva do local.

Frustrados os projetos dos reinados anteriores, caberia a D. Maria I a responsabilidade de validar aquela zona da capital, numa derradeira tentativa de a transformar num centro de poder e marco do seu reinado (ainda que incapaz de propor um projecto urbano tão impositivo quanto o joanino). Mais do que matrizes projetuais, os ideais subjacentes aos dois planos referidos, constituíram-se como outro pretexto a juntar às fracas motivações para aquele monumento, mas que no futuro em pouco contribuiriam para melhorar a sua imagem pública.

A escolha do Casal da Estrela, que por um sublime acaso se acha no eixo que liga Buenos Aires a São João dos Bemcasados, vem confirmar a teoria de legitimação daquele local, vindo a basílica substituir essa “imprecisa ideia do palácio sonhado” (Silva, 2002: 69).

A conceção do projecto

Atestando a intenção de se erguer uma Praça Real diante da basílica da Estrela, um conjunto de documentos do Ministério do Reino permite ter uma noção do projecto ambicionado, nos derradeiros anos do governo mariano.

Proposta audaz no domínio das obras públicas, sobretudo quando enquadrada na má fortuna a que aquela empresa era votada, já neste tempo, visava a abertura de um espaço rectangular, numa extensão que ascendia aos 114 metros (450 x 515 palmos). Ou seja, planeava-se ali uma praça prolongada até ao centro do actual jardim da Estrela, com uma amplitude que duplicava a medida da nave da igreja.¹³

Uma das principais preocupações que se reconhece na elaboração deste projecto centra-se no alinhamento “que circulla a nova Praça”, ou seja, na normalização da sua envolvente. Coroada a Sul pela basílica, previa para Poente a regularização da Travessa dos Ladrões (actual Rua da Estrela), contemplando desse modo as “cazas antigas, que se conservão”.

Quanto aos lados Nascente e Norte, o projecto obrigava a uma intervenção de maior fôlego. Zonas contíguas ao convento beneditino, a praça seria aí limitada por novos lotes de edifícios, cuja marcação é sugerida no desenho. Ainda que sumariamente traçados, da necessidade desses corpos nos dá conta a anotação que acompanha o plano, onde se explica que a nova praça “se deve povoar com cazas bem Regolladas”.

Porém, um obstáculo se impunha à abertura de um amplo espaço diante do templo: a proximidade ao colégio de Nossa Senhora da Estrela, cuja cerca se erguia a escassos metros da fachada da basílica. Área invadida logo em 1779 pelos telheiros da obra, a utilização do terreno para estaleiros valia aos monges, desde esse tempo, uma renda anual de 100 mil réis, liquidados pela Inspeção das Obras Publicas, durante quase duas décadas.

¹³ Pela *Rellação, que explica em Números Ariathméticos, as confrontaçoes que circulão, o Real Mosteiro* ficamos a saber que a nova praça teria “de largo 450 palmos, e de fundo 515”, uma medida superior ao dobro da nave da igreja, com 245 palmos.

Em 1799, Frei Francisco de Santa Maria Mayor, endereçava à rainha uma queixa, dando conta de todos os prejuízos causados à sua comunidade durante a construção do complexo. Entre outros, nomeava o abade a “Cerca, que se acha desmantelada, e sem muros por lhes terem rompido, e arrazados, e a pedra consumida na ditta obra”. Solicitando à soberana a indemnização correspondente, é explícita a intenção de conceder *aquella parte da Cerca que for do agrado de Vossa Magestade, que fique para Terreiro da Igreja do ditto Convento*.¹⁴

A resposta não se faria esperar, e a 8 de Maio de 1799, Anselmo José da Cruz Sobral (m. 1802), confirma como certa a derrocada dos muros e o emprego da sua pedra na obra. Concluída a refutação, afiança o fiscal que se lhes pode “restituir ditta cerca formando-se com o novo Muro a Praça, que pede, e deve ter aquelle Real Edifício”.¹⁵ Portanto, mantinha-se a intenção expressa oito anos antes (no desenho de 1791, que limitava a praça a Nascente), mas agora com o novo muro prometido aos monges, circunscrito à forma que se pretendia ali implementar.

Mas os ventos não corriam de feição à continuidade do projecto, como se sabe, e, nos cinquenta anos seguintes, a ideia, assim como o projecto, e até o próprio monumento, acabariam votados ao abandono. Assinalando a falta de um plano para aquela zona, notava Gonzaga Pereira (1796-1868), que o largo “muito melhor seria se fosse alinhado por mão de bom artista”, e que “o adro prencepiou se a alinhar para se aformezear, porem como se vendeo as terras fronteiras pertencentes aos Benedictinos, não se pode formar a obra projectada” (Pereira, 1840).

A partir da década de 40, iniciam-se os trabalhos preparatórios do futuro jardim da Estrela. A 4 de Julho de 1840, Malaquias Ferreira Leal (c. 1790-1855) procede ao levantamento do local, elaborando uma planta com indicação das construções existentes. Em frente à igreja, eram visíveis as vastas “Terras de Cemiadura pertencentes a António Joze Rodriguez e uma Pedreira”,¹⁶ propriedade também registada por Norberto de Araújo (1889-1952), que descreve esse terreno de cultivo “com alguns casebres” (Araújo, 1938: 47).

A 12 de Maio de 1842, o mesmo arquitecto apresentava o *1º Projecto do novo alinhamento que deve ter/ a Praça (da Estrela)* (Silva, 2002: 72). Esta proposta contém algumas alterações face à planta de 1791, nomeadamente pela configuração dos limites laterais dos arruamentos existentes, com um delineamento mais accidental que o programado na última década e Setecentos. A 10 de Outubro de 1842, o arquitecto da cidade elabora o *Segundo Projecto de alinhamento que deve ter/a Praça (da Estrela)* (Silva, 2002: 72), no qual a forma do jardim deixa de ser irregular, para se inscrever num retângulo.

O sonho de uma imponente Praça Real é definitivamente abandonado com a implantação do jardim da Estrela. Inaugurado a 3 de Abril de 1852, viria a ocupar todo o espaço que lhe estava destinado. Apesar disso, julgamos que o seu traçado inicial tenha sofrido a influência do delineamento de 1791. De facto, para esse efeito, o plano citado seria retomado, e praticamente copiado, numa *Planta Topografica do Largo da Estrella e suas emmediações; na qual se mostra o terreno que foi cerca do extincto Collegio da Estrella da Ordem de S. Bento* (Silva, 2002: 72). Diferindo, basicamente, na substituição de uma praça rectangular por outra quadrada, na sua legenda se regista: “As linhas com banho amarello, mostram o terreno

¹⁴ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, *Ministério do Reino*. Mç. 44. Sublinhado nosso.

¹⁵ AHMOP, *Ministério do Reino*. Mç. 44. Sublinhado nosso. Os dois documentos citados foram publicados por Carvalho, 1979: 32-33 e Vasconcelos (1989: 35-36).

¹⁶ AHMOP, *Colecção de desenhos avulsos*. 79 B, publ. por Silva (2002: 71).

compreendido na nova Praça do Coração de Jesus, e as novas ruas ali projectadas, havendo atenção com antiga Planta que se acha no Cartorio desta Repartição”.¹⁷

A tipologia de fachada com igreja central

Sintomático da vontade de transformar aquele monumento numa marca de poder, o projecto ambicionado para a Estrela não se resumia à abertura de uma praça, mas parece enquadrar-se num programa bastante mais ambicioso. Como vimos, entre as várias transformações necessárias, contava-se a regularização formal das construções adjacentes, bem como o acréscimo de novos corpos que possibilitassem o seu encerramento. Corolário das novas necessidades, uma das mais sugestivas foi a ideia de se prolongar para Nascente o conjunto edificado, ampliando assim o remate Sul desta praça que se queria Real e, quanto possível, imponente e monumental.

Assim delineado, o complexo ficaria constituído por uma igreja, um convento e um outro edifício, cuja frontaria repetia o alçado do cenóbio. Com efeito, desde cedo se afere desajustada, a vasta parcela de terreno devoluto desse lado da igreja, uma ausência construtiva, que se traduz no desequilíbrio e assimetria provocada na obra final.

Esta desconformidade não passaria despercebida a Ferráz Gramoza que a assinala, logo em 1810, afirmando: “Qual não seria a Grandeza deste Edifício, se do lado oriental da Igreja continuassem o chamado Palacete até á Rampa sobredita em correspondencia do Dormitorio? Devendo-se porem dar-lhe huma prespectiva igual, e correspondente; ficando a Igreja servindo de centro aos dois lados o Dormitorio e o Palacete. Nesta forma seria o mais magestoso, e magnifico Apozento, e a mais admiravel, e maravilhoza obra que enobrecese a nosa Capital neste género” (Gramoza, 1883: 118). Imputando a responsabilidade ao architecto da obra, acrescenta o cronista “que qualquer mediocre Mestre d’obras, que se incumbise de o fazer, teria ao menos a lembrança de o concluir com semetria, proporção e igualdade, ainda que uzase de hum risco, não novo, mas já visto, e praticado em outros Edificios desta natureza, de que há innumeraveis Estampas” (Ibid.).

Desconheceria o autor que esse mesmo modelo se encontrava sugerido no interior do próprio templo. No tecto da tribuna régia, Pedro Alexandrino de Carvalho (1729-1810) esboçara exactamente esse arquétipo, numa alegoria à *Arquitectura* (Fig. 2). Representação simbólica de uma “arquitectura”, por certo, facto é que o pintor reproduz naquele mesmo tecto, e sem qualquer idealização, a frontaria da basílica da Estrela. E de facto, alguma coisa se terá começado a fazer. Ainda que inconclusivos, chegaram até nós testemunhos que indiciam o objectivo de continuar a construção para esse lado. Logo no início do século XX, *O Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, noticiava “umas esperas que ressaltam na parede externa da basilica do lado do Evangelho, as quais indicam o plano de continuar por alli um edificio que fizesse symetria ao mosteiro, que fica do outro lado” (Basilica, 1902: 414). Em 1909, é Lino de Carvalho (1859-1926) quem indica essa probabilidade, referindo a ideia primitiva “de augmentar para NE as dimensões da edificação, levantando-se d’este lado uma outra symetrica com esta parte da fachada NO (principal), na qual o templo occuparia assim o centro entre ellas” (Carvalho, 1909: 39).

¹⁷ Sublinhado nosso.



Figura 2. Pedro Alexandrino, *Arquitectura*, Medalhão do tecto da tribuna régia, c. 1786

Com efeito, será no projeto de 1791, que reconhecemos inequivocamente o bosquejo desse corpo (Fig. 3). Desconhecendo-se desde quando estaria previsto o prolongamento, apenas neste desenho se encontra assinalado o volume desse novo edifício, não voltando a figurar nos projectos do século XIX para o local.

Chegamos agora aquele que é um dos mais comuns epítetos da basílica da Estrela: as suas semelhanças com Mafra.¹⁸ Afinidades que nesta conjuntura se veem ampliadas, o aumento da fachada é acompanhado por uma maior aproximação aos esquemas de um grande edifício barroco. Com basílica central, emoldurada por dois edifícios laterais – um que simbolizasse o poder, e o outro, a benevolência do seu fundador – o conjunto (ou a sua suposta intenção) abeirava-se assim dos seus congéneres do absolutismo europeu.

Complexo monumental indissociável da encomenda régia, já não é discutível que a Estrela se assuma como um reflexo dos ideais da Corte. Opção normalmente atribuída a um gosto desusado por parte dos seus promotores, durante décadas se tem procurado encontrar motivo que explique tais opções estilísticas. No entanto, a apologia aos anacrónicos ideais estéticos dos encomendadores, parece não vingar.

De facto, foi por iniciativa da Casa Real que, nessa mesma época, teve início o Asilo dos Inválidos Militares de Runa. Encomenda da infanta D. Maria Francisca Benedita (1746-1829) a José da Costa e Silva (1747-1819), também ela movida pelo cumprimento de um voto, assenta curiosamente num mesmo modelo estrutural: igreja central, palácio e hospício. Integrado nos pressupostos do seu tempo, representa, à sua escala, como a “versão” neoclássica dessa mesma imagem do poder. Apesar de seguir um formulário próximo, o seu carácter sóbrio é acusado pela diluição do edifício religioso na volumetria geral do conjunto. Negando os aspectos que acentuam na Estrela o seu barroquismo, esta polaridade sublinha-se também pela ausência de escultura na fachada, torres e zimbório, ou ainda de uma escadaria que vincasse o corpo central.

¹⁸ Veja-se a proposta de enquadramento do conjunto em Saldanha (2008).



Figura 3. Proposta de reconstituição da fachada projectada c. 1791, com base no 3º desenho para a frontaria da basílica, da autoria de Reinaldo Manuel dos Santos. Desenho elaborado por Nuno Saldanha

No tocante à cronologia do plano da Estrela, poderemos situá-lo em data anterior a 1791. Esboçada, pelo menos, desde 1789, a ela se refere Cruz Sobral quando alude à concretização de um “grande Largo, e Praça para a Função da Sagração da mesma Igreja”.¹⁹ Por outro lado, a exatidão de se tratar do “último projeto”, indicia a existência de planos anteriores. Por fim, a demarcação descentrada do edifício, deixando em aberto aquele espaço lateral, não seria accidental. Admitindo que a responsabilidade no delineamento da praça tenha recaído sobre Reinaldo Manuel dos Santos (1731-1791), esta segunda ideia não terá sido estranha ao arquitecto que demarcou o edifício no terreno, Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785).

Apesar de nunca se ter concretizado esta parte do complexo, supomos que o palacete, iniciado em meados de 1781, funcionasse como elo de ligação entre o convento e o novo corpo a Nascente. Com efeito, poucos argumentos fundamentam a morfologia desse edifício que, implantado nas traseiras da igreja, resulta tão pouco adequado às funções a que se destinava (Saldanha, 2008). Única reminiscência do projecto, é qualificado por Gramoza como “humas salas (...) sem frente, sem simetria, sem claridade; e finalmente sem perfeição” (Gramoza, 1883: 117-118).

Numa época em que nenhuma alternativa se apresentava à Real Barraca da Ajuda, tudo indica que, completando a principal construção do reinado de D. Maria I, se edificasse um palacete de maiores dimensões e se seguisse, à escala possível, a ideia que norteou o conjunto de Mafra. Em boa verdade, um objectivo que legitimasse a necessidade daquela empresa, tornando-a bastante mais defensável.

Porém, foram ideias que terão morrido à nascença, talvez porque logo se confrontaram com a realidade económica, mas também com os protestos que desde cedo se levantaram contra o empreendimento. De facto, já desde inícios de 1791 (ano do projeto), o visconde de Vila Nova de Cerveira (1727-1800), inspector-geral das Obras Públicas, previa que o rendimento do cofre do donativo dos 4% não fosse suficiente para os gastos anuais. Por outro lado, a 19 de dezembro do mesmo ano, desaparecia Reinaldo Manuel, porventura o autor e principal defensor desta empreitada. Sucedido por Manuel Caetano de Sousa (1742-1802) no cargo de arquitecto das Obras Públicas, o eventual interesse em abraçar esta ideia seria por

¹⁹ AHMOP, *Ministério do Reino*. Mç. 44. Sublinhado nosso.

certo estagnado com a subida ao poder do príncipe D. João, a 10 de fevereiro de 1792, quando assume os negócios do reino, em nome de sua mãe. Daqui em diante, a sorte do convento do Santíssimo Coração de Jesus, muda irremediavelmente.

Não se tratando de um projecto do interesse pessoal do futuro monarca, dissipa-se também a pertinência de novos aposentos nos limites da cidade. Desaparecida a barraca da Ajuda (1794), o paço de Queluz era convertido em residência permanente da família real, lançando-se, logo no ano seguinte, a primeira pedra do palácio da Ajuda. Nova preocupação do futuro regente, vivem-se agora as derradeiras jornadas nos estaleiros da Estrela. Pedreiros e canteiros concluem as suas tarefas (1793), os últimos materiais são adquiridos (1795) e todo o entulho removido do local (1797).²⁰ Já com o título de regente, a 29 de novembro de 1799, ordena a definitiva paragem da obra do Santíssimo Coração de Jesus.

Fenómeno habitual na história da arquitectura portuguesa, é aqui oportuno recordar o caso coevo do palácio de Queluz, para o qual são conhecidos projectos de ampliação (c. 1789-95).²¹ Com uma escala de facto adaptável a palácio real, foi idealizada a edificação de uma ala simétrica à existente, assim como uma grande praça central fechada, à maneira dos formulários europeus.²² Como defende Inês Ferro, o alargamento terá sido inviabilizado pelo afastamento da Corte para o Brasil, porém já antes disso, com o começo dos trabalhos na Ajuda, se secundarizava a maioria das obras em curso noutros locais, sobretudo aquelas conotadas com o anterior governo.

Uma imagem de poder

Modelo estrutural adaptado à escala daquele empreendimento, a praça idealizada para a Estrela entronca na tradição setecentista da *Place Royale*. Com uma configuração filiada nos protótipos barrocos dos séculos XVII e XVIII, uma das maiores preocupações do plano elaborado foi, de acordo com o modelo racionalista de Praça Real, a reordenação e regularização do espaço circundante, nomeadamente o alinhamento das ruas existentes, e a edificação de novas composições, que permitissem fechar a estrutura. Solução programada, reflete bem a necessidade de se obter um traçado regular e geométrico, que articulasse o espaço disponível com o enquadramento construído.

Apesar de sumariamente representados, e omitidas as suas funções, não subsistem dúvidas quanto à necessidade de estruturas para funções públicas neste tipo de construção áulica. Nesse sentido, um outro desenho parece trazer alguma luz.²³ Integrado num conjunto de 117 documentos referentes à basílica e ao convento da Estrela, numa primeira análise parece ajustar-se à fachada do cenóbio, igualmente marcada por um corpo central de remate triangular. Todavia, a evidente propensão palaciana que ostenta, leva-nos a crer tratar-se de uma hipótese projetual para os alçados laterais da nova praça. Trata-se de uma frontaria desenvolvida em três andares, marcada num dos topos pela presença de um torreão, coberto por telhado duplo em mansarda, e sublinhada centralmente por um corpo de remate triangular e portal de acesso destacado. A sua relação com os novos projectos para a Estrela é também

²⁰ Sobre a evolução e cronologia das obras na basílica e convento da Estrela veja-se Saldanha (2008).

²¹ A propósito dos sucessivos projectos de ampliação do palácio e envolvente veja-se Ferro (1997).

²² Planta datada e reproduzida por Ferro (1997: 31).

²³ Com a legenda “Convento da Estrela”, parece tratar-se da cópia de um projeto do século XVIII. ANTT, *Plantas do Ministério do Reino*. Caixa 5272, IV-C-116 (105).

acentuada pela morfologia dos vãos, em tudo conforme aos do restante complexo, nomeadamente do palacete e do convento.

Local simbólico, marcado pela presença de emblemas régios, a morfologia da *Place Royale* consoma-se com a presença simbólica da soberana. Com efeito, só a existência de uma zona central, reservada à colocação de uma estátua, legitima tais pressupostos estruturais. Área da cidade devotada ao prestígio daquela rainha, dela era indissociável a sua própria imagem. Desse modo, à componente arquitectónica, havia de se juntar um monumento público, que perpetuasse a memória da monarca, associada aquele centro de poder.²⁴

A Real Praça da Estrela teria assim uma relação de intimidade com uma escultura central, posicionada de forma a dominar toda a leitura do local, efectivamente prevista desde o final do século XVIII, e uma das últimas componentes idealizadas. Diligenciada por Diogo Inácio Pina Manique (1733-1805), a estátua de D. Maria I seria concebida em Itália, “Obra que se admirasse e merecesse a generosidade da Rainha Piedosa, que fôsse digna de defrontar-se com o templo que ela erguera e não desmerecesse depois da de D. José” (Macedo, 1944: 41).²⁵ Comissão devida ao seu empenho pessoal, o intendente desejava assim demonstrar a sua “gratidão para com huma Soberana que tanto me tem honrado”.²⁶

Encomenda composta por cinco estátuas de vulto e quatro baixos-relevos, entre os quais, uma representação da basílica da Estrela seria passada ao mármore por João José de Aguiar (1770-1841) em Roma. Como refere o director dessa Academia, Giovanni de Rossi: “Ne fece esso stesso il disegno Architettonico, provvide i marmi, fece dal pensionato scultore Aguiar eseguire i modelli, e presiede ad un immenso lavoro, finito nell’ anno 1797”.²⁷

Sem aludir directamente à localização da estátua na correspondência citada, Pina Manique manifesta por diversas vezes a preponderância do convento do Santíssimo Coração de Jesus, “como huma essencial parte da pia devoção de Sua Magestade”,²⁸ comprometendo-se enviar para Roma “a Planta e Alçada da Praça, em que ella se seve colocar”. Numa altura em que o projecto de 1791 estaria parado, ou mesmo abandonado, também a componente escultórica sonhada acabaria esquecida durante anos. Chegado a Lisboa em 1802, o monumento da rainha nunca chegaria a ser colocado no local previsto.

Depois de várias vicissitudes ao longo de todo o século XIX, não podemos deixar de assinalar a pretensão de, já em pleno século XX, se retomar a localização original daquele conjunto.²⁹ Abandonado durante vários anos, desmantelado e transferido, será em 1929 que se defende a sua reintegração e colocação diante da basílica da Estrela. Ideia novamente esquecida, só em 1934 volta a ser retomada a proposta. Quatro anos depois, será Diogo de Macedo (1889-1959) quem sugere a criação de um pequeno largo frente ao templo mariano, situação que Raul Lino (1879-1974) é incumbido de estudar (1939). Considerando a hipótese de recuar portas do jardim da Estrela para a imposição do monumento, a sua sorte estava

²⁴ A propósito da relação praça-monumento central veja-se o texto de Faria, 1994.

²⁵ A correspondência relativa à encomenda deste grupo escultórico foi publicada por Valente, 1949. Sobre o andamento da encomenda veja-se ainda carta de Pina Manique, de 6 de Setembro de 1820, publ. por Viterbo (1900).

²⁶ Carta de Pina Manique enviada a 15 de Novembro de 1796 a Gregório Pedro Pereira, publ. por Valente (1949) XIV.

²⁷ Cit. por Castro (1939: 138). Em Roma a partir de 1785, como pensionista da Corte, a escolha deste artista inscrevia-se na política cultural e artística levada a cabo por Pina Manique. Veja-se carta enviada por Pina Manique ao arcebispo primaz de Braga, Fr. Caetano Brandão, a 28 de Março de 1803, onde está patente o interesse pelos alunos da Casa Pia em Roma. Cit. por Tavares e Pinto (1990: 160-163).

²⁸ Carta enviada por Pina Manique a Rossi, a 28 de Outubro de 1796, publ. por Valente (1949: XII).

²⁹ Localização que, aliás, fora considerada ainda no século XIX, como se comprova pela “Planta geral do terreno em frente da Estrela com Projecto de um Passeio Publico e Monumento a Memoria da Senhora D. Maria Primeira”, existente no ANTT, *Plantas do Ministério do Reino*. Caixa 5272, IV-C-116 (5) e (106).

traçada noutra sentido, e em 1941 era aprovado o projecto de integração em frente ao palácio de Queluz, onde se encontra.³⁰

Desenhada como lugar simbólico de representação do poder, a intencionalidade subjacente à criação de uma Praça Real amplia visivelmente o alcance do complexo monumental da Estrela, que não se resumia à edificação de uma igreja e de um convento para carmelitas descalças.

Procurando perspectivas que favorecessem a contemplação do mais emblemático empreendimento do reinado de D. Maria I, a Real Praça da Estrela desenha-se assim como uma imagem de poder, onde a qualidade do programa monumental se afigura indispensável. À maneira do planeamento da cidade barroca, está necessariamente relacionada com as estruturas construídas mais proeminentes (Fig. 4).



Figura 4. Proposta de reconstituição do projecto da Real Praça da Estrela. Desenho elaborado por Nuno Saldanha

Estrutura de grande impacto urbano, simultaneamente cenográfica e monumental, à sua volta girava um conjunto de valores que visavam, no essencial, a afirmação e a ostentação de um reinado que, através do testemunho monumental, assumia deliberadamente a memória do passado.

Por outro lado, tal como as suas congéneres, também a Real Praça da Estrela acabaria por se converter num eficaz instrumento do desenho urbano daquela zona da cidade, interferindo, naturalmente, no seu desenvolvimento. Traçar uma estrutura desta natureza implicava, por certo, ponderar acerca de toda a envolvente, e das consequências que da sua implementação resultariam. De facto, a circunstância de prever o total isolamento do complexo, clarifica a vontade de marcar emblematicamente um centro de poder e, por isso, de implementar ali um marco fulcral e pólo activo de urbanização.

Ampliado o efeito já por si retórico da arquitectura, deste projecto subsistiu apenas a influência que ainda hoje a basílica da Estrela exerce sobre a paisagem Ocidental da cidade, porventura a mesma que a Patriarcal de Juarra cumpriria. Como recorda Nuno Saldanha, o templo ao Santíssimo Coração de Jesus, inscreve-se “no perfil da cidade com uma silhueta muito próxima ao projecto de Juarra” (Saldanha, 2002: 15). Num dos pontos mais elevados de Lisboa, tornar-se-ia num marco visual dominante, elevado “com tanto garbo e magestade, e que attrahe as vistas do viajante apenas entra no Tejo” (Câmara, 1850: 258).

³⁰ Para uma síntese do percurso desta encomenda e deslocação do conjunto ao longo do século XIX veja-se Saldanha, 2008. Sobre as hipóteses de recolocação do monumento em frente à basílica da Estrela, vários periódicos da época noticiaram o facto, distinguindo-se entre esses: *Diário de Notícias*, Mar. 1929, Dez. 1939 e Abr. 1940; e *Ocidente*, Out. 1938; Set. 1941. Destaque ainda para a certeira caricatura ao monumento de D. Maria I (Fig. 13), publicada em *Sempre Fixe*, n.º 125, 21 Dez. 1939.

Fracassada no tempo de Pombal, a ideia de criar um polo urbano centralizado numa encomenda da Corte, a praça da Estrela marcaria por certo, a partir daquela zona, o desenvolvimento da cidade mariana. Porém, não passou de uma declaração dessa vontade, isolando-se numa conjuntura nada favorável à prorrogação de um empreendimento, fortemente conotado com a simbologia política do seu tempo.

Referências bibliográficas

Araújo, Norberto de (1938), *Peregrinações em Lisboa*. Vol. 11. Lisboa: A. M. Pereira.

“Basilica do Coração de Jesus: chamada vulgarmente da Estrela” (1902), *O Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, 255, 414.

Bonet Correa, Antonio (1994), “Los viajes de Juarra a Paris, Lisboa y Londres”, *Filippo Juarra*. Madrid: Electa, 33-34.

Câmara, Paulo Perestrelo da (1850), *Dicionário Geographico Histórico Político, Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*. Tomo 1. Lisboa: Tipografia Universal.

Carvalho, Ayres de (1979), *A Basílica da Estrela no 2º Centenário da sua Fundação*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

Carvalho, João Lino de (1909), *Alguns Edifícios Portugueses Notaveis pela sua Architectura, Monumento de Mafra, Basílica da Estrela, Capella de St. Andre*. Lisboa: Edição do Autor.

Castro, José de (1939), *Portugal em Roma*. Vol. II. Lisboa: União Gráfica.

Cidade, Manuel Pereira (1790), *Memórias da Basílica da Estrela*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Faria, Miguel Figueira de (1994), *O Modelo Praça/Monumento Central na Evolução Urbanística da Cidade de Lisboa*. Separata de *Lisboa Iluminista e o seu Tempo*. Lisboa: Universidade Autónoma.

Ferro, Inês (1997), *Queluz: O Palácio e os Jardins*. Lisboa: IPPAR.

Gramoza, José Pedro Ferráz (1883), *Successos de Portugal – Memórias Históricas, Políticas e Civis (1742-1804)*. Lisboa: Tipografia do Diário da Manhã. Tomo II.

Gritella, Gianfranco (1992), *Juarra: l'architettura*. Vol. 1. Modena: Franco Cosimo Panini.

Macedo, Diogo de (1944), *João José de Aguiar, vida dum malogrado escultor português*. Lisboa: Edição da Revista Ocidente.

Pereira, Luís Gonzaga (1840), *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa.

Pimentel, Alberto (1892), *As Amantes de D. João V: Estudos Históricos*. Lisboa: Livraria Ferin.

Pimentel, António Filipe (1992), *Arquitectura e Poder: o real edifício de Mafra*. Coimbra, Instituto de História da Arte/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pimentel, António Filipe (2000), “O laboratório da reconstrução: reflexos em torno do pensamento e da prática do urbanismo português”, in *Propaganda e Poder: Congresso Peninsular de História da Arte*. Lisboa: Edições Colibri, 347-364.

Rossa, Walter (1998), *Além da Baixa: indícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Lisboa: Ministério da Cultura - Instituto Português do Património Arquitectónico.

Saldanha, Nuno (2002), “A Quinta Chaga de Cristo: A Basílica das Carmelitas Descalças do Coração de Jesus à Estrela”, *Revista Monumentos*, 16, 9-15.

Saldanha, Sandra Costa (2004), *Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus à Estrela* (Dissertação de mestrado em História da Arte apresentada à Universidade Lusíada de Lisboa), 2 Vols., Lisboa [Texto policopiado].

Saldanha, Sandra Costa (2008), *A Basílica da Estrela: Real Fábrica do Santíssimo Coração de Jesus*. Lisboa: Livros Horizonte.

Scotti, Aurora (1976), “L'attività di Filippo Juvarra a Lisbona alla luce delle più recenti interpretazione critiche della sua architettura con una appendice sui rapporti Roma-Lisbona”, *Colóquio Artes*, 28, 51-63.

Silva, Francisco Xavier da (1750), *Elogio funebre e historico do muito alto, poderoso, augusto, pio e fidelíssimo rei de Portugal, e senhor D. João V*. Lisboa.

Silva, Raquel Henriques da (1997), *Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777-1874* (Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), 2 Vols., Lisboa [Texto policopiado].

Silva, Raquel Henriques da (2002), "O Jardim da Estrela: o paisagismo romântico na cidade burguesa", *Revista Monumentos*, 16, 68-73.

Tavares, Adérito; Pinto, José dos Santos (1990), *Pina Manique - Um homem entre duas épocas*. Lisboa: Casa Pia.

Valente, Vasco (1949-1950), “Correspondência inédita de Pina Manique”, *Museu*, 12.

Vasconcelos, Luís A. Walter de (1989), *Quanto Custou a Basílica da Estrela?* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Viterbo, Sousa (1900), *Noticia de alguns esculptores portuguezes ou que exerceram a sua arte em Portugal*. Separata do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa: Tipografia Lallement.